



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Av. VIII, nº 50 - Bairro Carreira Comprida - CEP 33.045-090 - Santa Luzia - MG

## **SMED/GAE - GERÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

### **ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 1/2026-04**

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação. Este ETP visa atender à Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, artigo 3º, inciso I.

#### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Processo Administrativo: 26.13.000000447-2**

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de carga de gás liquefeito de petróleo (P13 e P45) e aquisição de cilindros vazios (P13 e P45) para atender a demanda das unidades escolares do Município de Santa Luzia.

#### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A execução da Política Nacional de Educação tem como um de seus pilares estruturantes a garantia da oferta regular e adequada da educação básica, o que pressupõe não apenas a disponibilização de conteúdo pedagógico, mas também a manutenção de condições materiais mínimas indispensáveis ao funcionamento das unidades escolares.

Nesse contexto, destaca-se a alimentação escolar como direito fundamental dos estudantes da educação básica, nos termos da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), impondo ao Poder Público o dever de assegurar a oferta de refeições adequadas, seguras e nutricionalmente equilibradas durante o período letivo.

Para a efetiva execução dessa política pública, a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Gerência de Alimentação Escolar, realiza a gestão integral do processo de alimentação nas unidades escolares, compreendendo a aquisição de gêneros alimentícios, o planejamento nutricional, a preparação e a distribuição das refeições. Nesse cenário, o gás liquefeito de petróleo (GLP) configura-se como **insumo energético essencial e insubstituível**, indispensável à cocção dos alimentos, à higienização de utensílios e à garantia das condições sanitárias adequadas para a produção das refeições.

O GLP a ser adquirido, usualmente comercializado em recipientes padronizados do tipo P13 (13 kg) e P45 (45 kg), consiste em uma mistura de hidrocarbonetos leves, predominantemente propano e butano, armazenados sob pressão, possuindo alto poder calorífico, eficiência energética e ampla aplicabilidade em ambientes institucionais. Sua utilização é regulamentada por normas técnicas e de segurança, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Corpo de

Bombeiros Militar, exigindo que seu fornecimento, transporte e armazenamento sejam realizados por empresas devidamente autorizadas e qualificadas.

Sob a perspectiva da Lei Nº 14.133/2021, a presente contratação se enquadra como aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, sendo imprescindível para a manutenção das atividades administrativas e finalísticas da Secretaria Municipal de Educação, caracterizando-se, ainda, como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da referida norma.

A ausência ou descontinuidade no fornecimento de GLP comprometeria diretamente a execução do PNAE, ocasionando prejuízos à oferta de alimentação escolar, com impactos negativos no desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, no rendimento escolar e na permanência na escola, além de configurar risco à segurança alimentar e nutricional dos alunos atendidos pela rede pública municipal.

Adicionalmente, o fornecimento de GLP também se mostra necessário para o atendimento das demandas administrativas da própria Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere à utilização em copas e cozinhas institucionais, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de trabalho, apoio às atividades laborais e promoção de ambiente organizacional saudável, em consonância com os princípios da eficiência e da dignidade da pessoa humana no serviço público.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se medida indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos educacionais, atendendo ao interesse público primário, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade previstos na legislação vigente, especialmente no Art. 5º da Lei Nº 14.133/2021.

## **2.1. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Os municípios atuam no ensino fundamental e na educação infantil (§3º, Art. 211, CF/88), de forma a oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental (Inciso V, Art. 11, LDB). Nesse contexto, considerando que o dever do Poder Público com a educação escolar pública é efetivado mediante a garantia, dentre outras, de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Inciso VII, Art. 208, CF/88; e Inciso VIII, Art. 4º, LDB), compreende-se que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Poder Público (Art. 3º, Lei Nº 11.947/2009).

Nesse sentido e também em cumprimento ao que estabelece o Inciso I, do Art. 17, da Lei nº 11.947/2009, os municípios são os responsáveis constitucionais e legais em garantir a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica pública, em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, e, para tal, devem fornecer recursos financeiros, materiais e humanos suficientes para cumprir as diretrizes da alimentação escolar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE é um eixo fundamental para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis.

Sendo assim, faz-se necessária a aquisição de gás de cozinha para fabricação da alimentação dentro de cada unidade escolar. O gás é um insumo imprescindível na produção das refeições ofertadas aos estudantes matriculados nas escolas municipais, UMEI's e instituições conveniadas.

Tendo em vista a necessidade do gás de cozinha para atender os servidores públicos, a demanda da Secretaria Municipal de Educação também está incluída.

Por fim, o Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo demonstrar o melhor recurso viável, conforme estrutura atual do município para atendimento aos estudantes da rede pública.

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Educação/Gerência de Alimentação Escolar

Responsável: Débora Oliveira Vieira

Cargo: Gerente

### **4. NECESSIDADES DO NEGÓCIO**

Considerando que a alimentação escolar constitui direito constitucional dos estudantes da educação básica, a Administração Pública deve assegurar não apenas a disponibilidade de gêneros alimentícios, mas também a estrutura operacional necessária à sua adequada preparação, processamento e oferta nas unidades escolares.

Nesse contexto, o gás liquefeito de petróleo (GLP) configura-se como insumo energético estratégico, diretamente vinculado à operacionalização das cozinhas escolares, sendo indispensável para a execução de atividades como cocção, aquecimento, esterilização de utensílios e manutenção das condições sanitárias exigidas pelos protocolos de segurança alimentar.

Sob o aspecto técnico, o GLP a ser adquirido deverá observar padrões de qualidade, segurança e conformidade regulatória, sendo acondicionado em recipientes certificados (P13 e P45), em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelos órgãos de segurança contra incêndio. Tais requisitos são essenciais para garantir o adequado desempenho energético, a integridade dos equipamentos utilizados nas cozinhas escolares e a segurança dos usuários e servidores.

A necessidade do fornecimento contínuo e regular do referido insumo decorre da natureza ininterrupta das atividades desenvolvidas nas unidades educacionais, não sendo admitida a paralisação ou descontinuidade na preparação das refeições, sob pena de comprometimento da execução das políticas públicas educacionais e de segurança alimentar. Nesse sentido, o GLP deve ser considerado insumo crítico, cuja indisponibilidade impacta diretamente a prestação do serviço público essencial.

Além disso, a diversidade de modalidades de ensino atendidas pela rede municipal — incluindo educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e atendimento educacional especializado — implica diferentes rotinas de preparo e oferta de refeições ao longo do dia, demandando fornecimento compatível com variações de consumo, sazonalidade e especificidades operacionais de cada unidade escolar.

Sob a ótica da gestão pública, a definição da necessidade contempla ainda a padronização dos recipientes, a logística de distribuição descentralizada e a compatibilidade com a infraestrutura existente nas unidades escolares, de modo a assegurar eficiência operacional, redução de riscos e otimização dos recursos públicos empregados.

Assim, a aquisição do gás liquefeito de petróleo (GLP) integra o conjunto de insumos indispensáveis ao regular funcionamento das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Educação, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei Nº 14.133/2021, constituindo requisito essencial para a consecução dos objetivos institucionais da Administração.

### **5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS**

A estimativa da demanda em números totais foi construída a partir de dados oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SMED), considerando a série histórica de consumo da rede municipal própria e conveniada de

ensino, bem como as projeções de crescimento para os exercícios de 2026 e 2027.

O município de Santa Luzia atende atualmente 09 Unidades Municipais de Educação Infantil, 27 Escolas Municipais, 01 Centro de Educação Integral e 11 instituições conveniadas.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Quantidade estimada para 02 anos
01	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P13	Unidade	1.500	3.000
02	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P45	Unidade	1.250	2.500
03	Aquisição de cilindro P13 vazio. Dimensões 360mm de diâmetro X 460 mm de altura	Unidade	08	15
04	Aquisição de cilindro P45 vazio. Dimensões: 380 mm de diâmetro X 1280 mm de altura.	Unidade	08	15

A metodologia adotada baseou-se em critérios de eficiência e economicidade, assegurando que os quantitativos licitados sejam suficientes para atender plenamente à demanda estimada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com possibilidade de renovação por igual período, conforme a legislação vigente

## **6. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES**

Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e celeridade processual.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do Município de Santa Luzia.

Foram avaliadas duas práticas de aquisição pública:

ID	Cenário
01	Aquisição de gás liquefeito de petróleo – acondicionado em cilindros P13 e P45 com entrega parcelada nas unidades de ensino.
02	Construção de local apropriado para armazenamento e distribuição de recipientes GLP na sede da Prefeitura.

## **7. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES**

Solução	Vantagens	Desvantagens
1. Aquisição de gás com entrega parcelada	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O fornecimento é realizado ponto a ponto, facilitando o rápido atendimento nas unidades escolares.</li> <li>- A empresa deverá possuir local apropriado, garantindo a segurança dos produtos e das pessoas.</li> <li>- Todos os custos são de responsabilidade do fornecedor: operacionalização, recursos humanos, transporte do objeto licitado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo mais demorado, com tempo médio estimado de até 90 dias para conclusão (fase interna, disputa e adjudicação);</li> <li>- Demandas administrativas e técnicas mais intensas para condução do procedimento;</li> <li>- Possibilidade de maior tempo até o início efetivo do fornecimento, considerando prazos de recursos e homologação.</li> </ul>
2. Construção de local apropriado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centralização da logística de recebimento e distribuição dos botijões.</li> <li>- Maior rapidez no atendimento de demandas emergenciais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contratação de empresa especializada para elaboração, construção e execução do projeto.</li> <li>- Aquisição de veículos apropriados para transporte dos recipientes para as unidades escolares.</li> <li>- Aquisição de cilindros</li> <li>- Treinamento apropriado para os funcionários que ficarão responsáveis pelo armazenamento e distribuição;</li> </ul>

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA**

Após análise técnica e econômica das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em recipientes P13 e P45, com entrega parcelada diretamente nas unidades escolares e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

A adoção dessa solução fundamenta-se, inicialmente, na inviabilidade técnica e estrutural de implementação de sistema próprio de armazenamento e distribuição de GLP no âmbito municipal, tendo em vista a inexistência de espaço físico adequado que atenda às exigências normativas estabelecidas pelos órgãos de segurança, em especial a Instrução Técnica Nº 23 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que disciplina os requisitos para manipulação e armazenamento de GLP.

Além disso, a operacionalização direta pelo Município implicaria a assunção de riscos relevantes relacionados ao armazenamento de material inflamável, à logística de transporte de carga perigosa e à responsabilidade por eventuais incidentes, o que demandaria estrutura técnica especializada, investimentos contínuos e rigorosos controles de segurança.

Por sua vez, a contratação de fornecedor especializado transfere tais responsabilidades à iniciativa privada, que, por força de regulação específica, já dispõe de infraestrutura adequada, equipe técnica qualificada e sistemas de controle compatíveis com as exigências legais e normativas vigentes, assegurando maior confiabilidade, segurança e eficiência na execução do objeto.

Sob a perspectiva econômica, a solução adotada revela-se mais vantajosa, uma vez que elimina a necessidade de investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e manutenção de estrutura logística própria, permitindo que a Administração concentre seus recursos nas atividades finalísticas. Ademais, o fornecimento sob demanda, com entregas parceladas, possibilita melhor adequação ao consumo real das unidades escolares, evitando desperdícios e otimizando a gestão dos recursos públicos.

Do ponto de vista operacional, a entrega descentralizada diretamente nas unidades escolares assegura maior agilidade no atendimento das demandas, reduz riscos de desabastecimento e garante a continuidade das atividades de preparo da alimentação escolar, elemento essencial para a execução das políticas públicas educacionais.

Por fim, a solução encontra-se plenamente alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme preconiza o Art. 5º da Lei Nº 14.133/2021, bem como atende às diretrizes da fase preparatória previstas no Art. 18 do referido diploma legal, evidenciando-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

## **9. ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA SOLUÇÃO**

A estimativa de custo foi elaborada com base em **pesquisa de preços conduzida conforme o MÉTODO DE PESQUISA** descrito no documento SEI 0330311 elaborado pela **Coordenadoria de Compras**, unidade integrante da **Gerência de Licitações e Contratos**.

A referida unidade, em conformidade com as competências estabelecidas pelo normativo municipal vigente, detém atribuição legal para a execução de pesquisas de mercado destinadas à formação de estimativas de custos para processos licitatórios.

Os resultados da pesquisa de preços encontram-se formalizados nos documentos 0330316 e 0330376.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P13	Unidade	3.000	R\$ 136,6483	R\$ 409.944,9000
02	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P45	Unidade	2.500	R\$ 467,8625	R\$ 1.169.656,2500
03	Aquisição de cilindro P13 vazio. Dimensões 360mm de diâmetro X 460 mm de altura	Unidade	15	R\$ 250,9183	R\$ 3.763,7745
04	Aquisição de cilindro P45 vazio. Dimensões: 380 mm de diâmetro X 1280 mm de altura.	Unidade	15	R\$ 1.038,0780	R\$ 15.571,1700
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 1.598.936,0940</b>	

## **10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

A escolha da solução consistente na contratação de empresa especializada para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), com entrega parcelada diretamente nas unidades escolares, mostra-se tecnicamente adequada e alinhada às diretrizes estabelecidas na Lei Nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação e à busca da solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

Sob o aspecto técnico-operacional, a solução selecionada apresenta elevada aderência à realidade estrutural do Município, uma vez que dispensa a necessidade de implantação de infraestrutura própria para armazenamento e distribuição de GLP, a qual exigiria atendimento a rigorosos requisitos normativos de

segurança, além da disponibilização de recursos humanos qualificados e equipamentos específicos para manipulação de material inflamável.

Ademais, a contratação de fornecedor especializado permite a adequada alocação de responsabilidades e riscos inerentes à atividade, transferindo ao contratado a obrigação de observar integralmente as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo aquelas relativas ao transporte, armazenamento e manuseio do GLP, o que contribui para a mitigação de riscos operacionais e para a segurança das unidades escolares.

Do ponto de vista da eficiência administrativa, a solução possibilita a racionalização de recursos públicos, ao evitar a criação e manutenção de estrutura própria para execução do objeto, bem como ao assegurar maior previsibilidade e regularidade no abastecimento, elemento essencial para a continuidade das atividades de preparo da alimentação escolar.

Ressalta-se, ainda, que a inexistência de contrato vigente para o fornecimento do insumo reforça a necessidade de adoção de solução que garanta pronta capacidade de atendimento, com logística já estruturada e compatível com a demanda descentralizada da rede municipal de ensino, evitando riscos de descontinuidade na prestação do serviço público.

Por fim, a solução escolhida demonstra-se tecnicamente mais adequada por contemplar modelo de execução amplamente consolidado no âmbito da Administração Pública, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, permitindo adequada fiscalização contratual e maior controle dos resultados, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos no Art. 5º da Lei Nº 14.133/2021.

## **11. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA**

A solução consistente na contratação de empresa especializada para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), com entrega parcelada nas unidades escolares, revela-se economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a análise global dos custos envolvidos e o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

Sob a perspectiva do custo do ciclo de vida da contratação, a opção adotada permite a transferência integral ao fornecedor dos encargos relacionados à operacionalização do serviço, incluindo aquisição, armazenamento, transporte, logística de distribuição, manutenção dos recipientes e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis. Tal modelo evita a incorporação de custos fixos e variáveis pela Administração, que seriam inevitáveis na hipótese de estruturação de solução própria.

Em cenário alternativo, a implantação de sistema próprio de armazenamento e distribuição de GLP demandaria investimentos iniciais expressivos em infraestrutura física adequada, aquisição de cilindros, veículos especializados para transporte de carga perigosa, além da contratação e capacitação de pessoal técnico, bem como custos contínuos de manutenção, seguros, adequações normativas e gestão operacional. Esses elementos configurariam aumento significativo da despesa pública, com impacto direto no orçamento municipal e potencial comprometimento da alocação de recursos para as atividades finalísticas da educação.

Além disso, a adoção do fornecimento sob demanda, com entregas parceladas, contribui para a otimização do gasto público, ao alinhar o consumo à necessidade real das unidades escolares, reduzindo perdas, desperdícios e custos de armazenagem. Tal modelo favorece, ainda, a previsibilidade orçamentária e o melhor controle financeiro da contratação.

Ressalta-se que a solução escolhida está em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal, da eficiência e da melhor utilização dos recursos públicos, ao priorizar modelo que reduz custos indiretos, mitiga riscos financeiros e assegura maior racionalidade na gestão dos recursos orçamentários.

Por fim, verifica-se que a alternativa selecionada representa a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, não apenas sob o critério do menor preço, mas considerando o conjunto de fatores econômicos associados à execução do objeto, conforme orienta o Art. 11 da Lei Nº 14.133/2021, evidenciando-se como a solução mais eficiente e sustentável do ponto de vista econômico.

## **12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

A contratação pretendida visa assegurar a continuidade e a regularidade da oferta de alimentação escolar no âmbito da rede municipal de ensino, garantindo as condições operacionais necessárias para o preparo e fornecimento de refeições a todos os estudantes matriculados nas unidades escolares e instituições conveniadas.

Como resultado direto, espera-se a manutenção da capacidade produtiva das cozinhas escolares, com fornecimento ininterrupto de refeições adequadas, seguras e em conformidade com os parâmetros nutricionais estabelecidos pelas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuindo para a efetivação do direito à alimentação escolar.

Adicionalmente, a solução adotada possibilita maior eficiência na gestão dos insumos energéticos utilizados no preparo das refeições, assegurando regularidade no abastecimento, redução de riscos de descontinuidade dos serviços e melhoria das condições operacionais das unidades escolares.

Sob a perspectiva dos resultados institucionais, a contratação contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, impactando positivamente o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, a permanência na escola, o rendimento escolar e a promoção de hábitos alimentares saudáveis, em consonância com os objetivos da educação básica.

Do ponto de vista administrativo, a solução proporciona maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, ao adotar modelo operacional eficiente, com redução de custos indiretos e melhor controle da execução contratual, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos na Lei Nº 14.133/2021.

Por fim, os benefícios a serem alcançados evidenciam a adequação da contratação ao interesse público, ao assegurar não apenas a continuidade do serviço, mas também a qualidade, a segurança e a efetividade da política de alimentação escolar no Município de Santa Luzia.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

A Gerência de Alimentação Escolar será encarregada pelo recebimento dos pedidos e envio para a(s) empresa(s) contratada(s).

A Gerência Administrativa nomeará os fiscais responsáveis pela fiscalização da execução do objeto.

## **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

A equipe técnica declara viável a contratação, com base na análise dos aspectos técnicos, econômicos e legais, sendo a solução por pregão eletrônico para registro de preços a mais adequada e eficiente sob os aspectos econômico, técnico e operacional, garantindo melhor relação custo-benefício para o atendimento das demandas anuais da Secretaria Municipal de Educação.

## **15. RESPONSÁVEIS INTEGRANTES**

Nome: Débora Oliveira Vieira

Cargo: Gerente de Alimentação Escolar

Função: integrante requisitante

Nome: Thiago Mendes Oliveira



Cargo: Gerente de Apoio a Gestão Administrativa

Função: integrante administrativo

Nome: Luiz Henrique Mendes Hermogenes

Cargo: Analista técnico

Função: integrante técnico

## **16. ANEXO**

Mapa de Risco: Relatório 0331309

## **17. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SEGES N° 58, de 08 de agosto de 2022.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DA SECRETARIA REQUISITANTE**

---

**Heverton Ferreira de Oliveira**  
**Secretário Municipal de Educação**

**Os membros abaixo assinados**, integrantes da equipe de planejamento da contratação, sob as penas da lei, em obediência ao Decreto N° 4.200/2023, **DECLARAM** que utilizaram o modelo ou minuta-padrão oficialmente divulgado pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia-MG ou pelo Governo Federal (AGU/Seges) denominado **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** <https://www.santaluzia.mg.gov.br/nllc/?licitacao=declaracao-de-conformidade-com-modelo-oficial-decreto-no-4-200-2023>

Foram lidas e cumpridas as “ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA” constantes nas notas explicativas ou comentários do arquivo do modelo; e **DECLARAMOS** que, em relação às partes invariáveis do modelo (redação padrão) que constava na cor preta, sem marcação de itálico:

**Não foram modificadas, exceto para eventualmente substituir/adequar nomenclatura/referência de órgãos/normas federais por municipais; e que, por isso, pode ser dispensada a análise/aprovação do servidor/equipe de controle interno ou de assessoramento jurídico quanto a essas partes padronizadas.**

## Equipe de Planejamento da Contratação

---

Débora Oliveira Vieira  
Hermogenes

Gerente  
técnico

---

Thiago Mendes Oliveira

Gerente

Luiz Henrique Mendes

Analista

Santa Luzia, em 01 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Débora Oliveira Vieira, Gerente**, em 02/04/2026, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Mendes Oliveira, Servidor Público**, em 06/04/2026, às 14:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Heverton Ferreira de Oliveira, Secretário**, em 06/04/2026, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Mendes Hermogenes, Auxiliar de Secretaria**, em 09/04/2026, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidadesei> informando o código verificador **0331306** e o código CRC **4DA845EE**.